

Justiça determina suspensão de show da cantora Naiara Azevedo em Almeirim, no Pará

Naiara Azevedo teve show suspenso por decisão da Justiça de Almeirim, no Pará – Foto: Reprodução/Naiara Azevedo

O cachê custaria R\$198 mil ao município, que passa por grave situação financeira. Prefeitura deve mais de R\$ 300 mil à concessionária de energia.

O juiz Laércio de Oliveira Ramos acatou pedido da Promotoria de Justiça de Almeirim, no oeste do Pará, e determinou na quarta-feira (21), a suspensão do show da cantora Naiara Azevedo, que seria uma das atrações da Feira de Arte e Cultura de Almeirim (Fearca), realizada de 22 a 25 de agosto de 2019, em comemoração ao aniversário da cidade.

Em sua decisão, o juiz considerou a crítica situação financeira do Município. O cachê da cantora é R\$198 mil, enquanto a Prerfeitura tem débito de R\$ 326.414,49 com empresa de energia elétrica, além de outros problemas que apontam situação de penúria financeira.

“Trata-se de uma festa saudável, cultural e muito querida por todos. Por outro lado, é de conhecimento público a situação de penúria financeira experimentada pelo Município”, destacou o juiz.

A ação civil pública foi ajuizada pela promotora de Justiça Olívia Roberta Nogueira de Oliveira, e prevê multa única de R\$198 mil à gestora do município em caso de descumprimento. A decisão proíbe a liberação, pagamento ou transferência de qualquer valor referente a contratação da cantora.

No prazo de 24 horas, a contar da intimação, a Prefeitura de

Almeirim deve informar à Justiça, os valores de cachê já pagos, e no mesmo prazo comunicar à população da suspensão, no portal do município, na rede social Facebook e em todos os outros que entender necessários.

Fearca será mantida

A promotoria ressaltou que o objetivo não é o cancelamento da Feira em sua integralidade, pois entende que é de fundamental importância que o poder público municipal e a secretaria de Cultura estimulem políticas públicas voltadas à sociedade com programações que permitam o congraçamento e o resgate da arte e cultura da população de Almeirim.

O MPPA solicitou o orçamento e informações sobre os procedimentos adotados pela Prefeitura para a realização, incluindo licitações ou sua dispensa para contratação dos artistas, ao tomar conhecimento da programação. A motivação se deu pela situação exposta ao 2º cargo da Promotoria de Justiça de Almeirim, cujas atividades são exercidas no Distrito de Monte Dourado, onde o pagamento de energia elétrica da estação de Tratamento de Água e Esgoto está prejudicada, havendo risco iminente de suspensão dos serviços.

O montante a ser gasto somente com as atrações artísticas que irão se apresentar nas noites do evento, soma R\$274 mil, “sem referência aos valores a serem utilizados com a estrutura necessária a um evento deste porte, o que se revela excessivo, desnecessário e desproporcional”, destacou a promotoria.

Dívida

A decisão judicial informa que consta nos autos cópia de ofício do agente distrital de Monte Dourado, para que as Centrais Elétricas do Pará não interrompam o fornecimento de energia elétrica, considerando que a Estação de Tratamento de Água e Esgoto não arrecadou o suficiente para cumprir com os compromissos financeiros. O valor devido quanto ao consumo de energia elétrica no distrito é de R\$ 326.414,49, o da folha de

pagamento é de R\$ 51 mil, e os gastos com insumos são de R\$ 68 mil, totalizando R\$ 445.414,49 em despesas.

Há a informação de que foram pagos até o momento R\$ 81 mil e que o distrito possui o valor de R\$ 280 mil a receber, de taxa de fornecimento de água. “Ou seja, ainda que o distrito receba o valor, algo que devemos tratar como futuro e incerto, ainda terá um déficit em suas despesas no montante de R\$ 84.414,49”, ressaltou a decisão.

Apuração

Na ACP, a promotoria de Justiça informa que existem em tramitação no âmbito dos dois cargos da promotoria de Justiça de Almeirim (sede e distrito), em torno de 14 procedimentos para apuração de irregularidades no setor Educacional e pelo menos outros seis para apurar irregularidades no setor de Saúde Pública.

O MPPA informou ainda as condições de creches e escolas da cidade, não recebimento de merenda escolar, irregularidades em obras públicas, ausência de medicamentos, falta de manutenção na rede de iluminação pública, vazamento de esgoto do Hospital Municipal, dentre outros.

Para a promotoria de justiça, a atitude de gastar recursos públicos para pagamento de show de porte nacional, não deixa de ser uma desfeita aos diversos segmentos da população local que têm sofrido por conta da própria economia local e da ausência de conservação de bem público por parte do município de Almeirim.

Por G1 Santarém – PA

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail:adeciopiran_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/metas-do-pne-so-serao-atingidas-em-2037-projeta-estudo/>